



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,08% São Paulo	146.336	R\$ 5,339 (+ 0,2%)	R\$ 1.518	R\$ 6,257	14,90%	14,90%	Abрил/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11
0,17% Nova York	29/9 30/9 1/10 2/10	26/setembro 5,336 29/setembro 5,322 30/setembro 5,323 1/outubro 5,328					

TRIBUTOS

Especialistas veem riscos na isenção do IR

Enquanto Haddad comemora como “um golaço” a aprovação por unanimidade, tributaristas apontam que há entraves no PL

» RAPHAEL PATI

Após uma votação unânime na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) 1087/2025, que prevê a isenção de Imposto de Renda para pessoas físicas que recebem até R\$ 5 mil — além de um desconto progressivo na taxa para quem ganha até R\$ 7 mil — segue para o Senado Federal. A expectativa entre os parlamentares é de uma votação rápida na casa e sem maiores dificuldades.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a aprovação por unanimidade (493x0) do texto na Câmara foi um “golaço” do Congresso Nacional e que não deve haver resistências no Senado para que o texto seja sancionado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. “Eu não acredito que vá haver problemas, inclusive porque esse projeto não busca só a justiça tributária. Ele busca a justiça tributária com neutralidade fiscal. Ou seja, o projeto está ancorado no equilíbrio fiscal. Ele não aumenta a arrecadação, não diminui a arrecadação, o que ele busca é, com equilíbrio fiscal, justiça tributária”, destacou o ministro.

Haddad elogiou o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o relator do projeto na Casa, Arthur Lira (PP-AL), pela condução das negociações no Congresso. A medida enfrentava resistência em relação à taxação dos super-ricos, que passam a contribuir com o Leão em alíquotas maiores, caso o texto seja aprovado no Senado e sancionado pelo presidente. “Muito importante a maneira com que eles conduziram os trabalhos,

Raphael Pati/CB/D.A Press



A jornalistas, o ministro Fernando Haddad elogiou a forma como os deputados conduziram a votação do projeto que, para ele, traz “justiça tributária”

uniram a sociedade, foram alguns meses de comunicação, que houve a oportunidade de todo mundo se manifestar contra, e argumentar”, acrescentou.

Apesar da previsão de que o texto avance mais rapidamente no Congresso, após meses de discussão, especialistas ainda enxergam problemas em determinados pontos do projeto. Guilherme Galdino, mestre em Direito Tributário e bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São

Paulo (USP), destaca dois entraves que, segundo ele, atentam contra a própria justiça fiscal que se busca implementar.

Para o especialista, o texto desconsidera uma parte da legislação sobre tributação da família, visto que o foco da proposta é o indivíduo que recebe até R\$ 5 mil, e desconsidera dependentes ou núcleo familiar. Da mesma forma, quem recebe mais de R\$ 600 mil por ano, que passaria a pagar mais, pode morar sozinho, ou ter que dividir

as despesas da casa com mais pessoas, como ressalta o advogado.

“Essa arrecadação da União pode não vir a ser implementada ou não obtida propriamente, na medida em que claramente essas pessoas buscarão um planejamento tributário para se estruturar. Então, por mais que se busque uma justiça fiscal, essa arrecadação talvez não seja implementada por um ponto de vista dessa reestruturação familiar”, avalia.

Além disso, o advogado acredita

que, por desconsiderar algumas rendas no cálculo do IR, como as letras de crédito (LCI e LCA, por exemplo), as mudanças podem privilegiar ainda mais o investimento em títulos de renda fixa, ao invés da renda variável. “Dito de outra maneira, existe uma certa indução para que um indivíduo com um patrimônio bastante elevado, acabe alocando seus recursos mais em títulos de renda fixa, em determinados títulos de renda fixa, do que correndo o risco em título de

renda variável, aumentando ali o rentismo, que é algo que, justamente, muitas vezes, o atual governo busca, ou alega que busca combater”, acrescenta o especialista.

Para o advogado especialista em Direito Tributário do escritório Veloso de Melo, Kiko Omena, o desenho da proposta levanta preocupações sobre possíveis efeitos colaterais para os empreendedores. O principal ponto de tensão, na avaliação de Omena, está na compensação fiscal prevista: a tributação de lucros e dividendos recebidos por empresários e sócios de empresas.

“Na prática, isso pode resultar em um fenômeno de dupla tributação. Primeiro, a empresa já paga impostos pesados sobre o seu lucro — IRPJ, CSLL e contribuições diversas. Depois, quando esse mesmo lucro é distribuído ao sócio, ele volta a ser alvo de tributação na pessoa física. Essa sobreposição penaliza, justamente, quem empreende, investe e gera empregos”, avalia.

Se for aprovada da forma como está, a medida tende a impactar especialmente as pequenas e médias empresas, na visão do especialista. Ao buscar aliviar a carga de um grupo de contribuintes, ele explica que há um risco de transferir o peso da arrecadação para outro setor estratégico, criando insegurança jurídica e desestímulo ao investimento produtivo. “A correção da tabela do Imposto de Renda é necessária e justa. Mas ela deve ser acompanhada de um modelo de compensação equilibrado, que preserve a sustentabilidade fiscal sem desincentivar quem sustenta a base econômica do país”, conclui.

Governo canta vitória; oposição critica derrubada de emenda

» ISRAEL MEDEIROS
» VICTOR CORREIA

No mundo político, as reações à aprovação da isenção do IR na Câmara foram contrastantes. De um lado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os líderes do governo na Casa Baixa, no Senado e no Congresso, cientes da importância da medida em termos eleitorais, comemoraram e classificaram a aprovação como “histórica”. Ao

celebrar, o mandatário disse que o texto “corrige uma grande injustiça com trabalhadores e trabalhadoras brasileiros”.

“Entre 2016 e 2022, a faixa de isenção não teve nenhum reajuste. Ano a ano, milhões de brasileiros passaram a pagar cada vez mais imposto de renda sem ter ganho real em seu salário, pois o salário mínimo também ficou congelado. Uma injustiça que combatemos desde o primeiro ano de nosso

governo. Desde 2023, já ajustamos a tabela três vezes”, relembrou o presidente, que também fez questão de mencionar o início da tributação dos super-ricos. “Um grupo de pessoas muito ricas vai passar a contribuir com o mínimo. O nome disso é justiça tributária”, afirmou.

Quem também comemorou foi a ministra Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais), que articulou pela aprovação da proposta junto ao Congresso e

acompanhou no plenário a votação na quarta. “Foi um dia histórico, que abre caminho em direção à justiça tributária”, afirmou a deputada federal licenciada, que também agradeceu ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e ao relator, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL).

De outro lado, opositoristas acusaram, durante a tramitação na Casa Baixa, que o Planalto tenta se aproveitar da pauta e disseram

que a isenção deveria ser maior. Apresentaram diversas propostas para alterar o texto — algumas, inclusive, inviáveis do ponto de vista fiscal — e criticaram a tributação dos mais ricos e também dos lucros e dividendos, que hoje são isentos. Depois da aprovação, no entanto, poucos bolsonaristas se manifestaram.

A líder da minoria, Carol de Toni (PL-SC), culpou o governo por “dar com uma mão e retirar com a

outra” e afirmou que o texto representava perda de arrecadação para municípios. Comemorou, no entanto, a inclusão de uma emenda para compensar as perdas. “Assim, não faltará dinheiro para a saúde, a merenda escolar, o saneamento e as obras”. Já o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS), lamentou não ter sido aprovada a emenda que previa a correção da tabela do Imposto de Renda pela inflação. Essa emenda foi rejeitada por Lira.

MERCADO DE TRABALHO

Reforma trabalhista gera economia de R\$ 15 bi

» ROSANA HESSEL

A reforma trabalhista vem contribuindo para a queda do desemprego para os menores níveis históricos, de 5,6%, e ainda tem ajudado as empresas a economizarem bilhões de reais com despesas na esfera judicial nos últimos anos, conforme levantamento conjunto feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Movimento Brasil Competitivo (MBC) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O estudo *Reforma Trabalhista: uma análise de impactos sobre o*

Custo Brasil, revela que, entre os anos de 2022 a 2024, essa economia foi de R\$ 15 bilhões. Para 2027, as entidades projetam uma economia de R\$ 11 bilhões. “O estudo mostra que a reforma foi um passo decisivo na direção certa, porque reforçou a segurança jurídica e consolidou ganhos para as empresas. Mas o estudo também alerta o fato de o número de processos ter voltado a aumentar em 2024”, disse Alexandre Furlan, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI.

Conforme o levantamento, a maior parcela dos ganhos para

as empresas ocorreu em 2022, quando a economia estimada foi de R\$ 8 bilhões, passando para R\$ 6 bilhões em 2023, e, para R\$ 699 milhões, em 2024, devido ao aumento da litigiosidade.

Custo Brasil

O relatório teve como objetivo mostrar o impacto positivo da reforma trabalhista no Custo Brasil. Entre os exemplos citados no estudo de 33 páginas está a regulamentação da terceirização que permitiu, a partir de 2017, uma queda de

quase 99% nos processos sobre licitude de contratação de serviços terceirizados entre 2017 e 2024.

Com base nos dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o relatório indica que o número de novos processos trabalhistas nas Varas de Trabalho (VT), recuaram do pico de 2,76 milhões, em 2016, antes da aprovação da reforma, para 1,75 milhão, em 2018, e, na sequência, para piso de 1,48 milhão, em 2020. Contudo, esse indicador voltou a crescer desde então, passando de 1,65 milhão, em 2022, para 2,1 milhões, no ano passado.

Marcelo Camargo / Agência Brasil



O estudo mostra o recuo no número de processos trabalhistas